

Políticas e Práticas de Habitação em Marvila: Passado, Presente e (que?) Futuro

João Martins^a

Resumo

A cidade de Lisboa, e Marvila em particular, são hoje fortemente influenciadas por fenómenos de transformação socio-espacial, nomeadamente na reutilização do seu património tangível. Retomando o trabalho de Henri Lefebvre, discutiremos a natureza habitacional da Lisboa oriental pós-industrial, a chegada de novos utilizadores e usos ao território, mas também o papel dos cidadãos na decisão acerca da reutilização de vazios urbanos. Focar-nos-emos na criação de um novo jardim comunitário, resultante da participação autónoma dos moradores, assim como da sua importância na restante Marvila, como um exemplo de transformações urbanas mais alargadas.

Palavras-Chave

Marvila, Corredor Verde Oriental, Mudança Socio-espacial, Gentrificação.

Abstract

The city of Lisbon, and Marvila in particular, are today strongly influenced by socio-spatial transformation processes, namely on the re-use of its tangible heritage. Recapturing the work of Henri Lefebvre, we will discuss the housing nature of post-industrial eastern Lisbon, the arrival to the location of new users and uses, but also the citizen's role on the decision about the re-use of urban voids. We'll focus on the creation of a new community garden, resulting from the autonomous participation of the residents, as well as on its importance to the rest of Marvila, as an example of more enlarged urban transformations.

Keywords

Marvila, Eastern Green Corridor, Socio-Spatial change, Gentrification.

Introdução

As dinâmicas contemporâneas de urbanização formal e informal em Lisboa, o debate em redor das potenciais alternativas que mitiguem os efeitos negativos sentidos nas últimas décadas e os impactos conhecidos das intervenções da iniciativa pública (central ou municipal), levantam uma discussão fundamental no campo das políticas urbanas. Em particular, sobre os espaços marcados por fenómenos de degradação económica e social, decorrentes de processos de abandono industrial, criando áreas de utilização não programada, constituindo vazios urbanos (Cabannes e Raposo, 2013).

Este artigo centra-se num território de características muito particulares na cidade de Lisboa e em particular da freguesia de Marvila. Iremos detalhar o uso futuro de um espaço expectante localizado numa parte da antiga Quinta do Marquês de Abrantes, entre a atual Biblioteca e o Apeadeiro de Marvila, assim como os efeitos

potenciais dessa transformação na restante Marvila ribeirinha.

Este vazio urbano em particular, tinha sido programado municipalmente para ser um local de acolhimento de populações com baixos recursos na modalidade de cooperativa de habitação nos anos 1980, mas que não se efetivou por questões ligadas à falência da entidade promotora, criando um espaço expectante (Câmara Municipal de Lisboa, Departamento de Construção de Habitação, 1996). Cerca de quatro décadas depois, este espaço vazio foi convocado como uma área futura de implantação do Programa de Renda Acessível (PRA) da Câmara Municipal de Lisboa (Câmara Municipal de Lisboa, SD), ao qual a população local respondeu de forma crítica. Em contrapartida, e através de um processo de participação dos residentes, foi proposta, em sua substituição, a criação de um jardim comunitário, a integrar no futuro Corredor Verde Oriental de Lisboa.

Esta quinta, originalmente criada como uma área de exploração agrícola antes do desenvolvi-

^a Sociólogo, investigador integrado do CinTurs - Research Center for Tourism Sustainability and Well-being da Universidade do Algarve e antigo investigador no projeto "ROCK: Regeneration and Optimization of Cultural Heritage in Creative and Knowledge Cities" dinamizado pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-UL).

mento industrial da área, acabou por tornar-se numa Área Urbana de Génese Ilegal (Câmara Municipal de Lisboa, 2013), ou seja uma área composta de alojamentos contíguos, que não foram licenciados, marcada por formas de qualidade irregular, que se consolida no final da década de 1950, com o nome de Bairro Chinês, alojando muitos dos migrantes provenientes das Beiras (principalmente de aldeias do concelho de Cinfães) que vinham trabalhar na indústria que se localiza em Marvila (Junta de Freguesia de Marvila (S/D); Antunes, 2017; Machado, 2017; Reboło, 2017; Ferreira, e Gomes, 2015; Soares, 2011).

Tomando como caso de estudo o espaço expectante da antiga Quinta do Marquês de Abrantes e os seus usos futuros, e através de um diálogo com o passado e o presente de Marvila, este artigo pretende oferecer uma abordagem sociológica a um contexto histórico e presente bastante precário no acesso à habitação por parte de largos setores da população em Lisboa. Discutimos se Marvila poderá constituir-se como um caso exemplar no campo dos Estudos Urbanos, de observação de práticas no campo da Habitação, levantando questionamentos em redor de uma ideia de cidade, ou de parte dela. O artigo tomará o recente processo de implementação do PRA na parte não requalificada da antiga Quinta do Marquês de Abrantes/Bairro Chinês, assim como da criação do novo jardim, para explorar cenários futuros de transformação urbana numa das áreas da cidade com maior potencial futuro de implantação de alojamentos, resultantes da existência de vazios urbanos, como aquele a que daremos mais atenção.

Metodologia

Este artigo é resultante de uma investigação em redor da importância e potencial dos espaços denominados de vazios urbanos, a sua origem, ligação ao património tangível e intangível local e do seu potencial otimizador de processos de regeneração urbana. A investigação foi integrada no projeto ROCK: “Regeneration and Optimization of Cultural Heritage in Creative and Knowledge Cities”, cuja aplicação se localizou nos territórios ribeirinhos das freguesias de Marvila e do Beato, financiado pelo programa Horizonte 2020, iniciado em 2017, com término em 2020 e com o número de acordo 730280. Os dados constantes deste artigo foram recolhidos entre abril de 2018 e abril de 2020.

Através de uma análise de literatura técnica, legislativa e académica e de um conjunto



Imagem 1 - Fotografia de vazio urbano na antiga Quinta Marquês de Abrantes

Fonte: autor, 2020

de entrevistas semi-diretivas, conseguimos ter uma percepção alargada de todos os processos construtivos na área, assim como da origem das populações residentes no antigo Bairro Chinês, inscrevendo-as como elementos de valorização patrimonial (tangível e intangível). A nossa presença em assembleias comunitárias e reuniões informais de moradores, permitiu desenvolver uma estratégia de investigação que passava por perceber os novos usos dos espaços vazios e o papel dos moradores na sua reutilização.

Passado: Industrialização, Bairro Chinês e a sua reconversão habitacional

Para assinalar a existência de uma "problemática urbana" (Lefebvre, 1968, p. 11), teremos de nos debruçar sobre o papel da industrialização enquanto indutor da urbanização. Como elemento disruptivo, a indústria tenderia a surgir em espaços com determinadas características espaciais de implantação inicial: ligadas a forças motrizes ou de energia (rios, florestas, carvão), transporte, matérias primas ou reservas de mão de obra, que estariam já dedicadas a atividades pré-industriais em oficinas não mecanizadas.

Este é o caso dos territórios ribeirinhos de Marvila e do Beato, onde uma nova classe social, a burguesia, já fortemente ligada ao comércio colonial, vai instalar novas atividades, agora de natureza industrial. Este processo é favorecido pela criação da linha ferroviária de ligação entre Lisboa e o Carregado, inaugurada em 1856, assim como pelo acesso facilitado ao rio Tejo.

Tal como noutros pontos da cidade, e respondendo ao *input* industrial que se concentra



Imagem 2 - Localização dos Bairros 4 Crescente
 Legenda: 1 PRODAC-SUL; 2 Quinta do Chalé;
 3 Marquês de Abrantes e 4 Alfinetes
 Fonte: Criação em Google Earth, 2020



Imagem 3 - Imagens dos Bairros 4 Crescente
 PRODAC-SUL (à esquerda em cima), Quinta do Chalé
 (à direita em cima), Marquês de Abrantes (à esquerda em
 baixo) e Alfinetes (à direita em baixo)
 Fonte: autor, 2020

Bairro	Ano (Término)	População (N)	Alojamentos (N)/ Arrendados (N)	Origem
PRODAC-SUL	1973	1178	499/367	Bairro Chinês
Quinta do Chalé	1979	333	172/84	
Marquês de Abrantes	2000	1361	593/416	
Alfinetes	2005	1204	405/367	Estrada de Chelas e Curraleira

Tabela - Bairros que compõem o 4 Crescente em 2011¹

na frente ribeirinha, a aptidão agrícola e de lazer de algumas quintas e palácios é profundamente alterada, passando a ter três novos usos: armazéns comerciais, pavilhões industriais e dando resposta às necessidades habitacionais destes operários e suas famílias, a criação de novos núcleos populacionais. Estes alojamentos de trabalhadores industriais e suas famílias foram criados pelos próprios industriais (Vila Flamiano), por empresários dedicados ao aluguer de habitações para este público em particular (Vila Dias), ou criados pelos próprios residentes, em bairros de barracas, compostos de alojamentos precários de madeira e chapa, e que ocupam os espaços exteriores de algumas quintas, como o Bairro Chinês (Reis, 2013).

Atualmente, os territórios que compunham este bairro de barracas têm vindo a ser denominados, principalmente pelas entidades de assistência social e promoção cultural a trabalhar na área, como 4 Crescente, consubstanciado num Grupo Comunitário com o mesmo nome, sugerindo a união entre os 4 bairros: PRODAC-SUL, Quinta do Chalé, Marquês de Abrantes e Alfinetes, onde estão presentes um complexo ecossistema de entidades do terceiro setor (associações, grupos informais, pequenas empresas), projetos de investigação científica e intervenção local (financiadas pela iniciativa municipal) e agentes associados à experimentação cultural e artística.

Para que seja mais clara a informação acerca dos bairros em que se alojaram as populações do antigo Bairro Chinês, hoje 4 Crescente, passamos a apresentar a tabela ao lado, que congrega alguma informação acerca destes bairros.

Mas nem todos os terrenos foram ocupados na totalidade, o que levanta a importância dos usos futuros dos espaços vazios, em particular dos terrenos sem uso constante entre a Biblioteca Municipal e o Apeadeiro de Marvila, que recentemente foram convocados como local de implantação de novas habitações orientadas a estratos sociais mais modestos, não na modalidade de realojamento, mas integrados no Programa de Renda Acessível recentemente criado pela Câmara Municipal de Lisboa.

Esta estratégia de mobilização dos espaços vazios da freguesia de Marvila com novos usos urbanos é acompanhada pelo aumento da visibilidade e importância de espaços pós-industriais, mas também de um passado ligado à Nobreza, seus palácios e quintas. Entre as ruínas e espaços vazios decorrentes do fim da indústria, mas também do falhanço dos processos de edificação de

¹ Os dados referentes à população, número de alojamentos e alojamentos arrendados, foram recolhidos com base numa contagem ao nível da subsecção, proveniente dos Censos de 2011. Apesar de terem passado 10 anos desde a última contagem e de potencialmente terem existido algumas mudanças, estes são os dados agregados mais fiáveis para estes bairros de gestão municipal, maioritariamente ocupados por alojamentos de propriedade camarária.

habitação a custos reduzidos; deu-se uma clara aposta no uso destes territórios com objetivos de dinamização cultural². Um dos exemplos mais marcantes da reutilização do património tangível deste território, de abertura desta área da cidade a outros utilizadores e à restante Lisboa, é decorrente da requalificação da antiga Quinta das Fontes, que desde os finais de 2016, acolhe a Biblioteca de Marvila.

Inaugurada como a última grande intervenção da Câmara Municipal de Lisboa nos terrenos do antigo Bairro Chinês, depois de todos os processos de realojamento na área, a Biblioteca de Marvila tornou-se um ponto determinante na dinamização cultural da comunidade local, tanto por parte dos mais novos através do acesso às novas tecnologias, como da população sénior na valorização das suas memórias e restante património imaterial. Ao mesmo tempo, este novo equipamento cultural consubstancia uma estratégia municipal de fomento do acesso de novos utilizadores urbanos àquela área, empregando a dinamização cultural dos territórios e das suas comunidades como fator de regeneração urbana (Evans, 2005).

Presente: O Programa de Renda Acessível (PRA) e o processo comunitário de participação dos residentes “Transformar Marvila com Jardim e Ciclovias”

O Programa de Renda Acessível (PRA) da Câmara Municipal de Lisboa é um programa que vai no sentido de criar condições de acesso à habitação – embora declaradamente insuficientes – a estratos das classes médias e não através dos procedimentos até aí vigentes, que passavam pelo apoio a famílias alojadas em bairros de barracas. O objeto do programa passa pela criação de uma bolsa de arrendamento para estratos intermédios, inferiores ao mercado, mas superiores às rendas praticadas nos processos de realojamento, operando um *social mix* dos territórios de implantação, que no caso da Quinta do Marquês de Abrantes, são contíguas às já existentes de natureza social, operando uma estratégia de diversificação dos utilizadores de habitações em bairros municipais.

As reações dos moradores do 4 Crescente³ ao PRA foram particularmente negativas, defendendo que os destinatários dessas casas deviam ser os seus familiares (filhos, netos) e de que em



Imagem 4 - Biblioteca de Marvila com os antigos muros da Quinta das Fontes

Fonte: autor, 2020

primeiro lugar deveriam estar “os nossos”, ou seja, que essas habitações deveriam ser entregues a agregados familiares com relações familiares ou de amizade com os atuais residentes. Perante um contexto claro de déficit habitacional e aumento generalizado das rendas na cidade de Lisboa, os conflitos tornam-se mais evidentes, colocando diferentes agentes sociais com rendimentos semelhantes, mas de socialização diferenciada, em confronto pelo acesso à habitação a custos controlados.

Esta reação enérgica dos moradores às intenções do PRA, acabou assim, 3 meses depois da apresentação pública do projeto, por implicar uma séria reformulação do mesmo. Em resposta, os moradores apresentaram uma proposta alternativa à municipalidade que acabou por ser aceite. Desta forma caía o projeto inicial do PRA, com a construção de 493 fogos (2/3 em renda acessível, os restantes privados) (Câmara Municipal de Lisboa, 2018), sendo em seu lugar implantadas apenas 70 habitações e um novo jardim com ciclovias.

Futuro: O Direito à Cidade “Verde” e os novos usos e utilizadores em Marvila

A contestação dos moradores à implementação de mais habitação a custos moderados no vazio urbano da antiga Quinta do Marquês de Abrantes, enuncia uma nova fase de transformação territorial e urbana, não só deste território, mas também de toda a restante Marvila portuária. Esta alteração, este desviar de percurso, e o pa-

² Entre estes processos, teremos de enunciar a criação de uma Galeria de Arte Urbana nos Bairros Marquês de Abrantes e Quinta do Chalé, mas também da reocupação de antigos lugares icónicos como o Armazém Abel Pereira da Fonseca, da Fábrica da Borracha, dos Fósforos, de Manutenção Militar ou do Braço de Prata, com novos usos e utilizadores, em que a criatividade, a reutilização de materiais e de espaços apresenta uma relevância central.

³ Numa sessão aberta da Junta de Freguesia de Marvila para discutir o presente e o futuro da freguesia e dinamizada pelo projeto ROCK



Imagem 5 - Mapa de vazios urbanos na área de intervenção do projeto ROCK em Marvila e Beato
 Legenda: Vazio da Quinta do Marquês de Abrantes em padrão cruzado a branco
 Fonte: Criação em Google Earth, 2020

pel dos moradores e da sua organização, traz a ocasião perfeita para discutir a cidade, as suas periferias, mas também as suas comunidades locais e a sua mobilização para o exercício do direito à cidade.

Esta escolha, apesar das boas intenções dos seus promotores, ligadas à melhoria significativa da qualidade de vida das populações já instaladas e à sua participação autónoma; enuncia um processo mais alargado, que é valorização territorial deste espaço, através da alteração da sua função urbana original (habitação – lazer), mobilizando um novo campo de direitos, o “direito à natureza” (Lefebvre, 1968, p. 117). Hoje, face a um cenário urbano global marcado pelo cumprimento da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, muitos destes espaços vazios vão ser ocupados maioritariamente por manchas verdes.

A criação deste novo espaço verde irá promover a chegada de novos utilizadores, não de populações com as mesmas dificuldades associadas ao acesso ao alojamento (como estes residentes sentiram décadas atrás), mas de novos agentes sociais que pretendem desenvolver formas de interação social num contexto urbanizado como verde. Este (novo) uso vem consubstanciar um conjunto de práticas já existentes nesta área da cidade, como o uso lúdico do Parque do Vale Fundão (em obras de beneficiamento), ou mesmo da Quinta das Flores, a primeira experiência de Hortas Urbanas geridas pela municipalidade nesta área.

Apesar da enorme fragmentação territorial existente, marcada por condições de mobilidade interna bastante precárias, o vazio urbano da antiga Quinta Marquês de Abrantes é análogo a outros espaços expectantes, que naturalmente irão ser influenciados pela criação deste jardim. O incremento da área verde irá favorecer a procura de terrenos por parte de novos empreendedores urbanos (incluindo fundos de investimento imobiliário) em espaços análogos, que visam aí instaurar novas modalidades de alojamento orientadas a estratos sociais mais elevados, induzindo, ao mesmo tempo, a produção e reprodução de novos padrões de consumo quotidiano urbano. Daí que, perante o contexto atual associado ao preço dos alojamentos e das suas rendas, da significativa mobilização de muitos dos fogos da cidade de Lisboa para modalidades de uso como o alojamento local, da dificuldade crescente de muitos estratos sociais mais modestos no acesso à habitação, estes vazios urbanos ganham uma crescente visibilidade mediática e importância ao nível fundiário⁴.

Assim, este jardim não alterará somente os territórios circundantes da antiga Quinta do Marquês de Abrantes, mas uma área mais abrangente, que seguramente irá valorizar-se ao nível imobiliário com este novo espaço verde. Todos estes movimentos, processos, indicam a vontade dos promotores de efetuar processos de regeneração urbana e de revalorização económica do espaço, ou de pelo menos efetuar uma reconfiguração dos seus usos.

Estas mudanças promoverão uma abertura à restante cidade dos espaços mais icónicos desta Lisboa oriental, face a uma dinâmica contemporânea fortemente associada à valorização da cultura e património urbanos, criando espaços renovados de consumo lúdico, em que a mercantilização da cultura e espaço urbano são convocados como elementos fundamentais na diversificação económica e social de territórios e comunidades infringidas por processos longos de depravação económica e social (Lestegás, Seixas, Lois-González, 2019; Sequera e Nofre, 2018; Pavel, 2017; Mendes, 2012)

Conclusões: Vazios urbanos e a gentrificação em potência da restante Marvila ribeirinha

Apesar da enorme visibilidade mediática, nacio-

⁴ Em Marvila, teremos de ressaltar as transformações em curso na área da Matinha e Avenida Infante D. Henrique, onde se localiza o empreendimento *Prata Living Village*, projetado para a área desde 1999, mas apenas iniciado recentemente. Marvila apresenta uma presença significativa de terrenos urbanizáveis, decorrentes da existência de vazios urbanos, cuja valorização imobiliária de 2017 para 2018, materializada num aumento de 80% no preço médio do m² (INE, 2018) vem consubstanciar.

nal e internacional de Marvila, vista como um território em processo de transformação socio-espacial, em que os novos usos associados ao consumo lúdico do património pós-industrial estão bastantes patentes, são relativamente poucas as publicações de natureza científica que detalham a transformação recente do território de Marvila (Nunes e Sequeira, 2011; André, Nevado, e Luís, 2018; Gennari, 2018; Nevado, 2016).

Nesse sentido, acreditamos que esta falta de informação, apesar da presença de vários investigadores no terreno, é decorrente da sua transformação recente, não sendo possível ainda caracterizar de forma derradeira um processo que ainda está a decorrer, cujo final ainda é incerto. Este elemento motiva-nos a continuar a trabalhar os novos usos do território em Marvila, assim como da convocação das memórias dos seus residentes enquanto elementos de património cultural.

Apesar de encontrarmos alguns elementos de transformação socio-espacial que nos aproximam do conceito de gentrificação, como a substituição de usos funcionais nos espaços vazios (habitação-lazer), ou mesmo nas antigas fábricas e armazéns industriais da Marvila ribeirinha (indústria-lazer), acreditamos estar ainda longe de um processo final em que o conceito de gentrificação possa ser totalmente utilizado (Marcuse, 2016, Lees, 2011; Smith, 1996; Harvey, 1989). Apesar dos processos de bullying imobiliário a ocorrerem presentemente na Vila Pereira (ou Prédio Santos Lima), da criação de habitações de luxo no empreendimento *Prata Living Village*, ou mesmo da criação de um novo jardim com usos lúdicos a integrar no futuro Corredor Verde Oriental, desconhecemos a velocidade a que o processo decorrerá, o sentido que irá ter, assim como o papel que a comunidade ainda aí residente terá em todo este processo.

Mais uma vez os territórios pós-industriais de Marvila apresentam-se como um espaço privilegiado para compreender as dinâmicas urbanas da cidade de Lisboa, plasmando muitas das controvérsias e desafios quotidianos. Apresenta dentro de si uma miríade de intervenções públicas, desde centrais a municipais, mas também de campos diversos, desde o marketing à economia, passando pelo urbanismo ou gestão urbana de espaços verdes, particularmente em contextos urbanos fragmentados decorrentes de abandono pós-industrial (Loures, 2015). Denotam um campo de mudanças que deverá, no futuro mais ou menos longínquo alterar este território na sua globalidade: de forma mais direta nas reutilizações do património pós-industrial junto da área

portuária, de uma forma indireta nos espaços remanescentes do antigo Bairro Chinês, com a criação do novo jardim comunitário.

Durante a nossa experiência de dois anos de investigação no território, acompanhámos a enunciação e mediatização de processos de transformação profundamente radicais e que, se forem cumpridos, alterarão significativamente esta zona ribeirinha da cidade de Lisboa. Apesar da enorme campanha mediática em redor de Marvila, que teve os seus efeitos na visibilidade do território, mas também no aumento exponencial do preço dos solos urbanos, das transformações em espaços icónicos como os Armazéns Domingos Barreiro ou o Convento do Beato (futuros hotéis), comercializados e mobilizados como pano de fundo de grandes operações urbanísticas, dois anos depois da nossa presença no território, ainda não é totalmente claro o sentido das mudanças que irão ocorrer.

Percebemos que o ritmo de transformação é mais lento do que as intenções dos promotores, ou mesmo do tom mais alarmante de algumas publicações jornalísticas. A transformação socio-espacial de Marvila é marcada por um processo difuso, com avanços e recuos, diverso dos processos clássicos de gentrificação, que apontam para processos rápidos de transformação urbana, com a chegada massiva de novos agentes sociais, que no caso de Marvila, ainda têm uma dificuldade significativa em manter-se no local por mais do que alguns meses. Diríamos que hoje estamos perante um processo iniciático, que poderá degenerar num processo de gentrificação, mas que por agora ainda apresenta alguns obstáculos, sendo um deles a existência de um largo contingente de habitação social, que devido à natureza dos títulos de arrendamento (municipais e por essa razão longos), poderá travar de alguma forma as intenções de alguns promotores imobiliários.

Para responder à pergunta inicial, se Marvila iria ou não manter-se como um laboratório de experiências de habitação para estratos sociais mais baixos, depois do processo do PRA na Quinta do Marquês de Abrantes, da participação da população e da decisão da municipalidade de integrar esses terrenos no Corredor Verde Oriental, teremos de afirmar que a resposta é negativa, pelo menos por agora. O processo que permitiu o realojamento de muitas famílias em situação de carência habitacional não continuará nos mesmos moldes.

Igualmente, a mobilização de um conceito fechado, nomeadamente o de gentrificação, de origem anglo-saxónica, que ajudou a compreender

as transformações de Nova Iorque, Londres ou mesmo Berlim, apresenta-se como uma importação algo forçada, que não reconhece as particularidades do processo de urbanização em outros territórios (Lees, 2011), nomeadamente em Portugal e em Lisboa, sendo necessário readequar este conceito às realidades territoriais urbanas muito particulares, como é o caso de Marvila. Novas estratégias de investigação, assim como um aprimoramento do conceito de gentrificação e a sua relação com Marvila apresentam-se como tarefas futuras da investigação em Estudos Urbanos, nomeadamente na compreensão da criação de novos pólos urbanos de dinamização cultural e criativa, mas fundamentalmente da transformação dos usos e utilizadores desta área pós-industrial.

Referências Bibliográficas

- André, Paula; Nevado, Ana e Luís, Nádia (2018), “O Passado no futuro na cidade de Lisboa: requalificação da arquitetura e regeneração urbana por via da re-funcionalização”, *Projeto História, Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, ISSN 2176-2767, 62, 200-241.
- Antunes, Gonçalves (2017), *Políticas sociais de habitação (1820 - 2015): espaço e tempo no concelho de Lisboa*, Lisboa, Tese de Doutoramento em Geografia e Planeamento Territorial, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Acedido em <https://run.unl.pt/handle/10362/28056>.
- Cabannes, Yves e Raposo, Isabel (2013), “Peri-urban agriculture, social inclusion of migrant population and Right to the City”, *City*, 17(2), 235-250, DOI:10.1080/13604813.2013.765652.
- Câmara Municipal de Lisboa (s.d), *CML, Renda Acessível: Modelo de Negócio*, acedido em <http://www.lisboarendaacessivel.pt/modelo-de-negocio.html>.
- Carlos Worm e Manuela Costa, (1996) *Departamento de Construção de Habitação*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa.
- Câmara Municipal de Lisboa (2013), *Regulamento Municipal para Reversão Urbanística das Áreas Urbanas de Génesis Ilegal*, Edição CML.
- Câmara Municipal de Lisboa (2018), *Proposta 745/CM/2018, ponto 6 – Autorização para a celebração do contrato de concessão da «Operação Renda Acessível Benfica e Marvila», e afetação de património imobiliário tal como identificado no Caderno de Encargos*, Lisboa, Edição CML. Acedido em <https://www.am-lisboa.pt/301000/1/011360,000482/index.htm>.
- Evans, Graeme (2005), Measure for Measure: Evaluation the Evidence of Culture’s Contributions to Regeneration, *Urban Studies*, 42, 959-983 .
- Ferreira, Susana e Gomes, Ana (coord.) (2015), *PRODAC: Comunidade em construção, Lisboa*, Edições Santa Casa da Misericórdia.
- Gennari, Carlotta. (2018), “Regeneração urbana, cidade criativa e gentrificação: Estudo do caso de Marvila em Lisboa”. *Sociabilidades Urbanas – Revista de Antropologia e Sociologia*, 2(6), 113-123.
- Harvey, David (1989), *The Condition of Post-modernity*. Oxford: Blackwell
- INE (2018), *Estatísticas de Preços da Habitação ao nível local 4º trimestre de 2018*. Acedido em file:///C:/Users/35196/Downloads/07Pre%C3%A7osHabLocal_4T2018_PT.pdf.
- INE (2011), *Censos da População*. Mapas brig, acedido em <http://mapas.ine.pt/map.phtml>.
- Junta de Freguesia de Marvila (S/D), *Bairro Chinês*: Acedido em <http://jf-marvila.pt/index.php/historia-da-freguesia/historia/marvila-e-a-nossa-historia-2/bairro-chines>.
- Lees, Loretta (2011), The geography of gentrification: thinking through comparative urbanism, *Progress in Human Geography*, 36(2), 155-171.
- Lefebvre, Henri (2001 [1968]), *O direito à Cidade*. Trad. Rubens Eduardo Frias, São Paulo, Centauro.
- Lestegás, Iago; Seixas, João, Lois-González, Rubén-Camilo (2019), “Commodifying Lisbon, A Study on the Spatial Concentration of Short-Term Rentals”, *Soc. Sci.*, 8, 33, 1-15.
- Loures, Luís (2015), “Post-industrial landscapes as drivers of urban development, *Habitat International*, 45, 72-81.
- Machado, João (2017), *O lugar para a participação – o Bairro PRODAC*, Tese de Mestrado em Arquitetura, Lisboa, ISCTE-IUL, Instituto Universitário de Lisboa. Acedido em <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/15704>.
- Marcuse, Peter (2016), “Gentrification, Social Justice and Personal Ethics”, *International Journal of Urban Research*, 39, 1263-1269.
- Mendes, Luís (2012), “Nobilitação urbana marginal enquanto prática emancipatória: Alternativa ao discurso hegemónico da cidade criativa?” *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 99, 51-72.
- Nevado, Ana (2016), “The Eastern waterfront area of Lisbon: progress, decline and regeneration,” *Joelho*, 146-152.
- Nunes, João e Sequeira, Ágata (2011), “O Fado de Marvila: Notas sobre a origem cidadina e o destino metropolitano de uma antiga zona industrial de

Lisboa”, *Forum Sociologico*, 21, 33-41.

- Pavel, Fabiana (2017), “Turismo e mercantilização da cidade”, *Espaços Vividos e Espaços Construídos*, 1, 21-28.

- Rebolo, João (2017), *O Realojamento do Bairro Chinês em Marvila Participação e Autoconstrução como processo – o caso da Prodac (1970-1974)*, Tese de Doutoramento em Arquitetura e Urbanismo, Lisboa, ISCTE, Instituto Universitário de Lisboa. Acedido em <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/13723>.

- Reis, Margarida (2013), *Pátios e Velas da Zona Ribeirinha Oriental: Materialidade, memória e recuperação urbana*, Mestrado em História Moderna e Contemporânea na especialidade de Cidades e Património, Lisboa, ISCTE, Instituto Universitário de Lisboa. Acedido em <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/6967>.

- Soares, Ana (2011), *Identidade Territorial de um Bairro Social: O caso da Quinta Marquês de Abrantes*, Dissertação de Mestrado em Gestão do Território – Território e Desenvolvimento, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Disponível em <http://hdl.handle.net/10362/7120>

- Sequera, Jorge e Nofre, Jordi (2018), “Shaken, not stirred New debates on touristification and the limits of gentrification”, *City*, 22, 1-13.

- Smith, Neil (1996), *The new urban frontier, gentrification and the revanchist city*, Londres, Routledge.